



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

1

FINANCIAMENTO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – A Trajetória do Banco Mundial no Brasil e no Estado da Bahia.

Gabriela Ferreira Lins
Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
gabyllins@hotmail.com

Germana Ferreira Leite Primo
Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
germana.primo@hotmail.com

Ana Cristina Gomes de Oliveira Castelo Branco
Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
acbranco123@gmail.com

Maria de Fátima Hanaque Campos
Universidade do Estado da Bahia
fatimahanaque@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Fazer escolhas e tomar decisões políticas na hora de planejar, implementar, gerir e avaliar as políticas públicas necessárias à sociedade não é uma tarefa fácil. Este ciclo da política tornou-se um assunto de extrema importância diante dos cenários de crises fiscais e conseqüentemente recursos limitados.

Essa escassez de recursos exige, mais do que nunca, que o planejamento e a gestão andem juntos para obter eficiência, eficácia e efetividade das políticas elaboradas.

Neste contexto de crise, merece ser evidenciado o relevante papel dos Organismos Internacionais para financiar os projetos de políticas públicas brasileiras, especialmente no período das reformas dos Estados Nacionais.

Dentre esses Organismos destaca-se o Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD), organização formada por 185 países que desde 1946 foi criado tendo como responsabilidade a concessão de empréstimos e



2

estimular o desenvolvimento dos países membros. As principais áreas financiadas são de energia, estradas, abastecimento de água, agricultura, meio ambiente, saúde, desenvolvimento urbano, transporte metropolitano, indústria, mineração e outras.

Assim, o objetivo deste artigo é identificar, com a ajuda do referencial teórico, a trajetória do Banco Mundial no Brasil e no Estado da Bahia, mostrando como o financiamento dos projetos de políticas públicas por este organismo pode impulsionar o desenvolvimento do Estado.

Diante do exposto o presente artigo tem o propósito de responder o seguinte questionamento: Qual a influência dos financiamentos dos projetos para o desenvolvimento de políticas públicas pelo Banco Mundial no Estado da Bahia?

De forma objetiva as questões que nortearam este artigo foram: Existe influência do financiamento externo de projetos de políticas públicas no desenvolvimento do Estado? Que tipos de considerações, o financiamento externo obtido pelo Estado através do Banco Mundial, recebem da literatura específica? Essas questões serão respondidas ao longo do artigo.

Em relação à metodologia a tipologia deste trabalho foi de natureza exploratória. Quanto a abordagem classifica-se em qualitativo e seu método como dedutivo, ou seja, parte do geral até chegar a especificidade. Em relação a operacionalização o artigo envolveu Pesquisa Bibliográfica, explorando diversas literaturas existentes para a formulação do referencial teórico, bem como Pesquisa Documental utilizando revistas, periódicos, Leis, Normas, documentos, coletados através de dados secundários, além das Pesquisas Eletrônicas em sites especializados como na Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, no Banco Mundial – BIRD; pesquisas de publicações eletrônicas de artigos, dissertações e teses relacionadas ao tema.



3

O artigo está estruturado nos seguintes tópicos: Ciclo das Políticas Públicas; Crise e Reforma do Estado; Organismos Internacionais, com destaque para o Banco Mundial, traçando seu histórico como financiador de projetos no Brasil e no Estado da Bahia.

2 CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A sociedade atual, além da diferenciação social, possui interesses diferentes, muitas vezes complexos e conflituosos. Porém, para que a sociedade sobreviva e progrida, esses conflitos devem ser administrados e, é neste contexto, que se processa a política pública.

Rua (2009) define política como um conjunto de procedimentos destinados à resolução pacífica dos conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos. E conceitua políticas públicas como resultante (*output*) do procedimento de *inputs* e *withputs* pelo sistema político e dos consequentes *feedbacks*, num ambiente de sistema múltiplos e interativos.

O ciclo de política, na visão de Rua (2009), é uma abordagem para o estudo das políticas públicas que identifica fases sequenciais e interativas-iterativas no processo de produção de uma política. Essas fases são assim classificadas: formação da agenda, formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Neste cenário o governo assume fundamental papel já que ele é quem propõe, define e executa as estratégias para implantação das políticas públicas de governo.

Para entender o processo de formulação de políticas públicas Capella (2005) em seu artigo “Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas” aborda dois Modelos: Modelo de Multiple Fluxo (*Multiple Streams Model*) desenvolvido por John Kingdon (2003) e o Modelo de Equilíbrio Pontual (*Punctuated Equilibrium Model*) de Frank Baumgartner e Brian Jones (1993).

Para Baumgartner e Jones (1999), apud Capella (2005) a Teoria do Equilíbrio Pontual procura explicar uma observação simples: os processos políticos são muitas vezes



4

guiados por uma lógica de estabilidade e incrementalismo, mas às vezes produzem também mudanças em grande escala.

Ainda segundo Cappela (2005), Kingdon considera que as políticas públicas são constituídas por quatro processos: o estabelecimento de uma agenda de políticas públicas; a consideração das alternativas para a formulação de políticas públicas, a partir das quais as escolhas serão realizadas; a escolha dominante entre o conjunto de alternativas disponíveis e, finalmente a implementação da decisão. No modelo de Múltiplos Fluxos o autor preocupa-se com os estágios pré-decisórios: a formação da agenda e as alternativas para a formulação das políticas.

De acordo com Zahariadis (1998), apud Gomide (2010), o Modelo de Múltiplos Fluxos é mais adequado para explicar como as agendas são definidas e decididas por governos nacionais sob condições de ambiguidade de objetivos e ambientes instáveis, onde as escolhas são dependentes do contexto político e institucional.

Assim, o Modelo de Múltiplos Fluxos é mais dinâmico, completo, pois adota métodos de análise mais sistêmico, relacionado com o ciclo da política pública, e está mais diretamente associados com os atores envolvidos com a política organizacional.

Na etapa de implementação das Políticas Públicas os atores envolvidos estarão colocando em prática o que ficou definido, através de consenso, em etapas anteriores do ciclo político. De acordo com Windhoff-Héritier (1987), apud Frey (2000), a implementação de políticas pode ser considerada aquela fase do *policy cycle* cuja encomenda de ação é estipulada na fase precedente à formulação das políticas e a qual, por sua vez, produz do mesmo modo determinados resultados e impactos. Frey (2000) afirma ainda no mesmo artigo “Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes às práticas da análise de políticas públicas no Brasil” que muitas vezes, os resultados e impactos reais de certas políticas não correspondem aos impactos projetados na fase da sua formulação.



5

O não alcance dos resultados e impactos projetados faz parte do processo de implementação das políticas públicas. Tal situação pode ocorrer devido a interesses contrariados, seja por reação ou omissão dos agentes públicos e dos beneficiários.

O monitoramento é mais uma etapa fundamental no ciclo das políticas públicas, pois a existência do acompanhamento contínuo, das fases sequenciais do processo de produção da política, permitirá a realização de intervenções no curso da implementação, identificando os problemas e sugerindo soluções.

Na fase de avaliação de políticas ocorre a análise das ações já implementadas verificando os impactos do programa. Segundo Frey (2000) trata-se de indagar os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir consequências para ações e programas futuros. O autor acrescenta que a fase de avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública.

Assim, planejar políticas públicas com um Estado com recursos limitados, com crises fiscais e passando por um contexto de reformas foi e vem sendo um exercício que muitos governantes veem realizando, pois a escassez de recursos exige que o planejamento, orçamento e a gestão das políticas, mais do que nunca, andem juntos, para que possam levar a eficiência, eficácia e efetividade desejada.

3 CRISE E REFORMA DO ESTADO

Durante os anos 80, o Estado brasileiro sofreu uma série de dificuldades, houve uma grande pressão, em decorrência do avanço da democracia, para que as reformas ocorressem. Foram questionados os regimes autoritários, passou-se a duvidar da capacidade do Estado continuar gerenciando o desenvolvimento, devido aos problemas de governabilidade, de financiamento do setor público e de funcionamento administrativo do Estado.

A reforma do Estado contemporâneo iniciada no final do século XX, em decorrência da onda neoliberal promovida pelos países desenvolvidos configurou-se numa proposta



6

reducionista para o Estado alicerçada pela crise fiscal. O início dessa reforma - primeira geração - foi caracterizada por uma agenda estritamente fiscal. Mais adiante a segunda geração da reforma – iniciada no século XXI, incluiu, além da reforma fiscal, a promoção do desenvolvimento sob a perspectiva da governança social, buscando fortalecer o Estado, o mercado e o terceiro setor para a geração de resultados. Já a última reforma, relatada por Marini, Vilhena e Martins (2006), caracteriza-se pela racionalização dos recursos e pela melhoria da gestão baseada em resultados com foco no desenvolvimento e bem estar social.

Segundo Martins (2007), neste momento legitima-se um novo Estado gerencialista, que prioriza a gestão estratégica, deixando para traz a adoção de práticas burocráticas, piramidais, amparadas por comandos hierárquicos tradicionais, caracterizados principalmente pelo distanciamento entre o planejamento estratégico e a execução orçamentária, ou seja, distância entre quem pensa e quem executa.

Dessa forma, no início período de 1990 uma nova agenda foi definida para os governos de vários países, principalmente para os países em desenvolvimento. Pôde-se verificar eliminação das funções governamentais, cortes em despesas com custeio e investimento, redução da folha de pessoal, privatização, desregulamentação e descentralização. No conteúdo administrativo essas políticas foram denominadas de Novo Gerencialismo Público, ou seja, incorporaram à gestão algumas práticas bastante utilizadas na gestão empresarial.

O aumento da efetividade e da eficiência do setor público é um dos princípios do novo gerencialismo. Para Souza (2003) a questão da efetividade é medida pelo atingimento de objetivos previamente definidos e a da eficiência pela relação entre “inputs” e “outputs”.

Dessa forma, a boa gestão estratégica tornou-se o diferencial para garantir a efetividade das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos dos programas propostos no planejamento.



7

Assim, países em desenvolvimento que passaram por crises fiscais contaram com o apoio financeiro dos Organismos Internacionais que financiaram e continuam financiando projetos de políticas públicas importantes para o desenvolvimento do país e dos Estados. Hoje, o custo de oportunidade para contratar os empréstimos externos é muito favorável, as taxa de juros são menores que as taxas encontradas internamente no sistema financeiro nacional e regional.

4 ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Segundo Fonseca (1998), de acordo com a nova formulação “desenvolvimentista”, foram criados organismos internacionais de assistência técnica e financeira, como aqueles ligados à ONU ou às instituições associadas ao FMI e ao BIRD que nos meados dos anos 40, concentrou recursos na reconstrução dos países europeus devastados pela guerra. E mais tarde passaram a fomentar o desenvolvimento do Terceiro Mundo, mediante programas de assistência técnica e financeira aos países.

Dentre os Organismos destacam-se o Banco Mundial (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No nível regional, podemos destacar a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a Oficina Regional para a Educação na América Latina e Caribe, que atuam como uma espécie de tentáculos ou bases de apoio regionais dos organismos internacionais.

4.1 CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO BANCO MUNDIAL

De acordo com Haddad (2008) o Banco Mundial foi fundado na Conferência de *Bretton Wood* em 1944, após o término da Segunda Guerra Mundial. O Grupo Banco Mundial é hoje composto por um conjunto de organismos, dentre os quais o BIRD que abrange a Associação Internacional de Desenvolvimento, a Cooperação Financeira Internacional, o Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos, a Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente.



8

O Banco Mundial é uma organização internacional constituída por 185 países desenvolvidos e em desenvolvimento, com a responsabilidade de conceder empréstimo e estimular o desenvolvimento dos países membros. O processo de decisão e de votação do Banco Mundial segue o modelo um dólar, um voto.

De acordo com o site institucional do *Worldbank*¹, o Banco Mundial é administrado como uma cooperativa em que os países membros são os acionistas. O número de ações que um país pode possuir depende do tamanho de sua economia. Os Estados Unidos são o maior acionista com direito a 16,41% dos votos, seguido pelo Japão (7,87%), Alemanha (4,49%), Reino Unido (4,31%) e França (4,31%). Os votos restantes são distribuídos entre os outros países membros.

No início o Banco Mundial teve uma função de reconstruir economias devastadas pela guerra e de fornecer crédito para empresas privadas, porém a partir dos anos 50 houve uma reorientação nas políticas do Banco com foco no Terceiro Mundo, através da criação de programas de assistência econômica e de empréstimos.

Em meados da década de 1950 até o início dos anos de 1970, o perfil de 70% dos programas de empréstimo do Banco era voltado às políticas de industrialização dos países do Terceiro Mundo, visando sua inserção, ainda que subordinada, no sistema comercial internacional. A tese central que regia essa orientação era a de que a pobreza desapareceria como consequência do crescimento econômico desses países. (HADDAD, 2008).

Na década de 80, cenário de crise de endividamento dos países do Terceiro Mundo, o Banco assumiu um papel de renegociador, garantidor das dívidas externas, participou da reestruturação e abertura econômica dos países que estavam com dificuldades, impondo uma série de condicionalidades (a cartilha do *Consenso de Washington* com o receituário neoliberal) para fornecer os empréstimos aos países da América Latina que se encontravam em situação financeira difícil.

Para Marcus Faro, apud Haddad (2008, p.18 e 19):

¹ Site Institucional do Banco Mundial: <http://www.worldbank.org>



O impacto do Banco Mundial sobre as políticas públicas é imenso. É espantoso que a maior parte da opinião pública no Brasil não tenha clareza a esse respeito. O Banco não somente formulam condicionalidades que são verdadeiros programas de reformas das políticas públicas, como também implementa esses programas usando redes de gerenciamento de projetos que funcionam de forma mais ou menos paralela à administração pública oficial do Estado Brasileiro. Trata-se da chamada “assistência técnica”.

O receituário neoliberal foi disseminado no Brasil nos anos 90 com a abertura comercial, a desregulamentação, a privatização, a flexibilização do mercado de trabalho e alteração na lei trabalhista, dentre outros.

O novo governo brasileiro iniciado em 2003 apesar de muitos críticos afirmarem que ele deu continuidade às políticas de controle da inflação e estabilidade econômica exigida pela cartilha neoliberal, por outro lado, há evidências que também neste governo houve uma atenção especial às políticas sociais, compensatórias. Um exemplo nítido é o Programa Bolsa Família, programa este que tem recursos também financiados pelo Banco Mundial.

Segundo informações extraídas do *Worldbank* (2010), o Banco Mundial oferece dois tipos de empréstimos básicos: financiamentos para investimento em bens, obras e serviços, destinados a apoiar os projetos de desenvolvimento social e econômico em uma ampla gama de setores, e empréstimos de ajuste, que visam prestar assistência às reformas institucionais e de políticas. Porém para que um projeto receba recursos financeiros do Banco Mundial é obrigatório que este passe por um ciclo padrão desde a sua formulação até a fase de conclusão como será apresentado no próximo tópico.

4.2 ETAPAS OU PROCEDIMENTOS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS NA FORMULAÇÃO ATÉ A CONCLUSÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

O Mutuário (tomador do empréstimo) deve passar pelo ciclo desenhado pelo Banco Mundial no momento do Planejamento, da Implementação e da Avaliação. Neste processo o Banco Mundial realiza as Missões onde se reúnem com os *Stakeholders* (núcleo estratégico do governo) onde são consolidadas as informações necessárias para



10

a definição do objeto do empréstimo e na preparação do projeto a ser financiado. O ciclo pode ser assim representado de acordo com *WorldBank* (2010):

- a) *Identification* (identificação) - O Banco Mundial e o mutuário concordam com o conceito inicial do projeto e seus beneficiários. A equipe do Banco descreve os elementos básicos que identificam os riscos eminentes, salvaguardas, cenários alternativos, e um calendário provável para o processo de aprovação do projeto.
- b) *Preparation* (Preparação) - O mutuário e sua agência de execução ou as agências são responsáveis pela fase de preparação do projeto, que pode levar vários anos para realização de estudos de viabilidade e de preparação de técnicos de engenharia e projetos.
- c) *Appraisal* (Avaliação) - nesta etapa as partes interessadas tem a oportunidade de rever a concepção do projeto em detalhe e resolver as questões pendentes. Revisam o trabalho elaborado durante a identificação e as fases de preparação e confirmam os resultados esperados, destinados aos beneficiários e os instrumentos de avaliação para monitorar o progresso e a efetividade do projeto. É acordado um calendário para a divulgação pública de documentos importantes *Approval* (Aprovação) do projeto. Uma vez que todos os detalhes do projeto são negociados e aceitos pelo mutuário e pelo Banco Mundial, a equipe prepara o *Project Appraisal Document* (documento de avaliação do projeto), juntamente com outros documentos financeiros e jurídicos, para apresentação ao Conselho de Administração do Banco, visando a sua análise e aprovação.
- d) *Implementation* (Execução) - Com o suporte da equipe do Banco, a agência executora prepara as especificações para o projeto e realiza todas as aquisições de bens, obras e serviços necessários. As equipes de Gestão Financeira e de Aquisição do Banco e do mutuário asseguram que todos os controles fiduciários sobre o uso dos recursos estejam adequados. Uma vez em andamento, a agência executora apresenta regularmente relatórios sobre as atividades do projeto.
- e) *Completion* (Conclusão) - A equipe de operações do Banco Mundial compila as informações e dados dos relatórios de resultados. O relatório descreve e avalia os resultados finais do projeto que são comparados aos resultados esperados.



11

- f) *Evaluation* (Avaliação) - O Banco avalia o desempenho do projeto, medindo os resultados relativos aos objetivos iniciais, a sustentabilidade dos resultados e impacto sobre o desenvolvimento institucional.

Durante as negociações de um empréstimo, o Banco Mundial estabelece com o país mutuário o objetivo de desenvolvimento do projeto ou do programa, os resultados a serem obtidos, os indicadores de desempenho (que possibilitam medir o impacto e o êxito do projeto) e um plano para colocá-lo em prática. Após a aprovação e entrada em vigor de um empréstimo, o mutuário implementa o projeto ou programa de acordo com os termos acordados com o Banco Mundial, *WorldBank* (2010).

O Banco Mundial supervisiona como cada empréstimo é utilizado e avalia seus resultados. Todos são regidos por políticas operacionais, que garantem que as atividades sejam implementadas de forma equilibrada nos planos econômico, financeiro, social e ambiental. Nas pesquisas sobre o Banco Mundial não foi identificado o marco inicial da adoção desses procedimentos elencados anteriormente, mas desde a década de 90 essas normas já eram utilizadas.

5 A TRAJETÓRIA DO BANCO MUNDIAL DO BRASIL

No Brasil, através do Decreto Nº. 21.177 de 27 de maio de 1946, foi promulgada a Convenção sobre o Fundo Monetário Internacional e a Convenção sobre o Banco Mundial, nesta afirmou-se que as Convenções seriam executadas e cumpridas na sua integralidade.

O Banco Mundial trabalha no Brasil desde 1949, e já financiou US\$44,8 bilhões para projetos governamentais no País de acordo com informações no site do *Worldbank* (2010). No Brasil o Banco financia, principalmente, projetos de desenvolvimento econômico e social, com enfoque sobre os principais desafios em diversas áreas: infraestrutura, educação, saúde, água, meio ambiente, pobreza rural e proteção social.

Segundo o *Worldbank* (2010), ao todo, mais de 360 operações financiadas pelo Banco já foram implementadas no Brasil. Atualmente, há 62 projetos de empréstimo do Banco



12

Mundial em atividade, totalizando mais de US\$ 8 bilhões em financiamentos. O Banco realiza uma média de US\$ 1,8 bilhão em novos empréstimos por ano ao Brasil. Os projetos financiados pelo Banco Mundial são implementados principalmente pelos governos estaduais e federal, e normalmente requerem contrapartida ao valor do empréstimo. O Banco Mundial tem forte produção técnica em diversas questões relevantes para o desenvolvimento brasileiro. (WORLDBANK, 2010).

Ianni (2008) fez um breve resumo do documento do Worldbank (1974), “*Education*”, onde mostra que quando o Banco Mundial decidiu entrar no campo de desenvolvimento educacional, em 1962, seu objetivo ateu-se a ajudar os países em desenvolvimento a reformar e expandir seus sistemas educacionais, de tal maneira que pudessem contribuir mais plenamente para o desenvolvimento econômico. Segundo o autor trata-se de aperfeiçoar quantitativa e qualitativamente o conhecimento e as habilidades necessárias ao desempenho de papéis econômicos, sociais e outros para o desenvolvimento, tendo em conta o máximo de eficiência interna e externa, bem como o aumento da produtividade e equidade social.

6 CARTEIRA DE PROJETOS DO BANCO MUNDIAL NA BAHIA

De acordo com a Superintendência de Cooperação Técnica e Financeira da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (2010), atualmente o Estado tem cinco projetos financiados com recursos do Banco Mundial, onde são identificados abaixo:

- a) O VIVER MELHOR teve na sua proposta inicial, o caráter de ser uma experiência inovadora, tanto para o Banco como para o Estado de um projeto integrado em ações de ofertas e melhorias habitacionais, sanitárias e melhorias sociais. Considerando as premissas do desenvolvimento integrado em questão, o Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), elaborou o Plano Integrado de Desenvolvimento Social do Projeto, onde propôs a criação de condições para expandir o acesso a serviços públicos, melhorar as condições de segurança e convivência comunitária, além de ampliar, de forma sustentável, o poder aquisitivo das famílias nas comunidades em situação de exclusão e vulnerabilidade que residem nas Poligonais de Integração Social beneficiadas



13

- pelo Projeto. A melhoria da qualidade acarreta em um impacto significativo nas situações de habitabilidade dos referidos territórios. Este programa já se encontra na segunda fase, recebendo a nomenclatura de Viver melhor II.
- b) O Projeto de Reorganização do Sistema Estadual de Saúde da Bahia – SAÚDE BAHIA foi o primeiro projeto subnacional subsidiado pelo Banco Mundial. Anteriormente, os Estado eram apenas executores dos projetos, com recursos externos, contratados pela União. Formado por quatro componentes: Implementação de Microrregiões de Saúde na Bahia; Fortalecimento da capacidade de implementação de políticas e de regulação na Secretaria de Saúde (SESAB); Expansão da Atenção Básica e Gestão do Projeto. A primeira fase deste projeto foi desenvolvida no período de 2003 a 2009. Esta experiência alcançou as metas predefinidas para o objetivo pactuado.
- c) O Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias do Estado da Bahia – REMAR tem como objetivo básico aumentar o uso eficaz da infra-estrutura rodoviária estadual, com o propósito de promover maior crescimento econômico, através das seguintes ações: recuperação e manutenção dos principais trechos da rede rodoviária pavimentada estadual de modo a contribuir para a diminuição dos custos de transporte em corredores selecionados e para o aumento da utilização da infra-estrutura rodoviária estadual, e; apoio a um conjunto de melhorias institucionais importantes no setor rodoviário para garantir a sustentabilidade das realizações físicas, bem como a promoção de uma maior integração no âmbito das regiões do Estado com o restante do Brasil. Trata-se de uma nova forma de contratação na qual uma mesma empresa que ganha o contrato de restauração/reabilitação do trecho de rodovia fica responsável pela sua manutenção por mais cinco anos.
- d) O Programa PRODUZIR do Governo da Bahia tem o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, criar emprego e renda e melhorar a vida das populações mais pobres. O programa financia projetos comunitários em áreas sociais, de infra-estrutura e produção, voltadas para comunidades rurais mais pobres. As famílias se organizam em torno de interesses comuns e participam do projeto, desde a escolha do tipo de investimento até o planejamento,



14

execução e controle das aplicações. Este programa atua nas diversas frentes de trabalho. O investimento pode ser destinado à infra-estrutura física (energia elétrica, telefonia rural, melhoria do habitat rural), construção e aquisição de equipamentos sociais para apoio a pequenas indústrias e ao processo produtivo agrícola com ênfase na pequena irrigação. Dessa forma, criam-se condições para o pequeno produtor se sustentar e enfrentar a escassez dos recursos hídricos, principal problema da região. Este programa devido ao grande êxito já se encontra na terceira fase, denominado de Produzir III.

- e) Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos – SWAp - operação multisetorial voltada à área de saúde e recursos hídricos, com base na evidência de sinergias entre estes dois setores críticos quanto ao seu efeito sobre o problema da saúde. Além de inovador, o uso de indicadores multisetoriais para acompanhar os resultados das ações governamentais é o passo inicial para a implementação de um sistema de monitoramento mais abrangente de todas as políticas públicas. Este programa apoiará uma agenda de programas do PPA e tem como objetivos: aumentar o acesso à água potável, saneamento e cuidados básicos de saúde em 10 municípios do Estado que tiveram um maior número de doença infecciosa intestinal; e reduzir a mortalidade neonatal em 25 hospitais de referência selecionados do Estado da Bahia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar pode-se considerar no decorrer deste trabalho à importância da política pública para o desenvolvimento sócio-econômico da sociedade. Considera-se que as demandas dos cidadãos são inúmeras e que os governantes devem fazer escolhas, visto que os recursos são limitados. Ressaltou-se a importância das fases da formulação, implementação e avaliação para que este ciclo se retro-alimente. Ao adotar modelos de monitoramento identificam-se falhas existentes, corrigindo-as antes da conclusão dos programas e projetos.



15

Foi abordado o papel fundamental dos recursos externos (financiamentos de projetos) para o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil e dos Estados, em especial os recursos do Banco Mundial.

Foi apresentada neste trabalho a trajetória do Banco Mundial desde a sua criação, com a função de reconstruir economias devastadas pela guerra e de fornecer crédito para empresas privadas. Porém, a partir dos anos 50, o Banco reorientou sua trajetória nas políticas com foco no Terceiro Mundo, através da criação de programas de assistência econômica e de empréstimos. Foram citados também projetos, nas mais diversas áreas, financiados pelo Banco Mundial na Bahia, detalhando-os de acordo com as informações contidas em documentos disponibilizados pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) através da Superintendência de Cooperação Financeira para o Desenvolvimento (SPF). A ação governamental na Bahia tem contado com os financiamentos do Banco Mundial de forma a atender a demandas intersetoriais com ênfase no social e na sustentabilidade.

Assim, acredita-se que a temática abordada neste artigo é de fundamental importância para que os formuladores de políticas públicas possam planejar e implementar, de forma eficaz e eficiente, os projetos demandados pela sociedade, tendo as vezes que captar recursos externos para administrar os problemas de crises e falta de recursos, considerando que o custo de oportunidade para contratar os empréstimos externos hoje é muito favorável com taxa de juros bem menores que a oferta interna, entretanto a ação dos gestores públicos no acompanhamento das ações é de fundamental importância para o alcance de resultados efetivos para as comunidades beneficiadas.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria do Planejamento – Superintendência de Orçamento Público. **Manual de Programação e Orçamento – 2009**. Salvador: SEPLAN/SPO, 2008.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS. v. 61, p.25-52. 2005.



16

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. São Paulo. **Rev. Fac. Educ.** Vol.24, n.1, p.37-69, Jan./Jun. 1998. Disponível em: <<http://www.scientificcircle.com/pt/journal/43/rev-fac-educ/>>. Acesso em 01 fev. 2010.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas:** Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas.** Brasília. IPEA. n. 21, p.212-258, jun. 2000.

GOMIDE, Alexandre de A. **Agenda Governamental e Formulação de Políticas Públicas:** o projeto de lei de diretrizes da política nacional de mobilidade urbana. Texto para Discussão n.1334. Brasília. IPEA. p. 2-6. abr. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1334 www.ipea.gov.br>. Acesso em jun 2010.

HADDAD, Sergio (org). **BANCO MUNDIAL, OMC e FMI:** O impacto nas Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, p. 18-19, 2008.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global.** 13. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARINI, C., VILHENA, R., MARTINS, H. Fundamentos do Choque de Gestão e a Obra. VILHENA,R... [et al.] (orgs.) In: **O Choque de Gestão em Minas Gerais: Políticas da Gestão Pública com Desenvolvimento.** Belo Horizonte: Ed UFMG, p.351-356, 2006.

MARTINS, Humberto Falcão. Avança Brasil e uma Gestão Empreendedora – uma análise de modelos de planejamento e gestão governamental. In: **Revista Eletrônica sobre Reforma do Estado.** Salvador, nº 11, set/out/nov, 2007. Disponível em <<http://www.direitodoestado.com> >. Acesso em: 01 de janeiro de 2011.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL,
<<http://www.planejamento.gov.br>> Acesso em: 07 de março de 2010.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC: Brasília: CAPES: UAB. 2009.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.planejamento.gov.br/secretaria>>. Acesso em: 01 de março de 2010.

SOUZA, Celina. “Estado do Campo” da Pesquisa em política pública no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18, nº 51. p. 15-19, Fev.2003.

WORLDBANK. Disponível em < www.worldbank.org >. Acessado em 08 de Abril de 2010.